



Curto prazo

Maia ajuda na pauta do PMDB: reformas e investimentos contra a recessão

Maia propõe frentes de trabalho

FERNANDO PESCIOTTA

A cúpula do PMDB levará ao presidente em exercício Itamar Franco suas sugestões de um programa mínimo para a economia. As propostas do partido com a maior bancada no Congresso Nacional vão da redução da taxa de juros à abertura de frentes de trabalho e reforma fiscal de emergência.

Eduardo Maia, secretário de Planejamento do Estado, acha que não se pode separar as questões econômicas do aspecto político, onde inclui a reforma partidária. A mudança da representação dos Estados no Congresso também será pedida. Além disso, salienta que até o fim do mandato, caso Itamar continue no cargo até 1995, não haverá tempo para "salvar o País". A proposta do partido visa mais as medidas de curto prazo, capazes de sustentar uma "gradativa" recupera-

ção da economia.

De acordo com Maia — aliás, raciocínio unânime nos partidos —, não há tempo, este ano, para elaborar uma profunda reforma fiscal. Assim, sugere alterações de emergência, com aumento de alíquotas em impostos de combustíveis, energia e do setor financeiro. O secretário diz que, ao lado do aumento da arrecadação, ainda há espaços para cortar despesas. "Deverá ser feita uma profunda reforma fiscal em 1993", afirma. Mais ou menos no estilo do que foi feito em 1966, quando a reforma fiscal sustentou a retomada do crescimento.

Para Maia, o governo precisa dar prioridade aos investimentos, "modestos", em infra-estrutura, especialmente em transporte, telecomunicações, habitação e saneamento. Os dois últimos, segundo Maia, importantes pelo impacto imedia-

to no nível de atividade.

Dentro do programa de modernização, Maia reivindica a revisão do cronograma das importações como forma de evitar uma "quebradeira" de empresas e aumento do desemprego. "Até agora", diz, "a abertura às importações não reduziu os preços internos".

O grande problema do País, na visão do PMDB, está na área social. Maia reclama um programa de compensação para os desempregados e os que vivem na pobreza absoluta. "Poderiam ser criadas frentes de trabalho e ampliado o seguro-desemprego", afirma.

Maia propõe, ainda, uma política que impeça a queda dos salários, mas descarta a indexação. "Poderia ser o investimento pesado na agricultura, com redução dos preços dos alimentos, aliado à reciclagem da mão-de-obra."